

# Presidente da Assembleia Municipal de Ponta Delgada apresenta demissão

Em conferência de imprensa realizada, ontem, no hotel Lince, em Ponta Delgada, Maria José Lemos Duarte, Presidente da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, anunciou a sua demissão.

Um ano após a sua eleição para Presidente da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, e após ter sido apontada por Pedro Nascimento Cabral como responsável pela situação que levou à suspensão das obras de remodelação do Mercado da Graça, em julho deste ano, já durante o mandato de Pedro Nascimento Cabral, na sequência do parecer do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores sobre o projecto de segurança contra incêndios do Mercado da Graça, Maria José Lemos Duarte refere que “é pública a confrontação em que, nos últimos dois meses, me vi envolvida, com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, por razões relacionadas com o projecto de reabilitação do Mercado da Graça.”

Maria José Duarte frisou que o ponto de ruptura ocorreu na passada Segunda-feira aquando da reunião preparatória para a próxima Assembleia Municipal, em que a mesma foi “abordada de forma desrespeitosa e agressiva por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Pedro Nascimento Cabral, que recusou-se a estar na mesma sala do que

eu e inclusivamente, ameaçou abandonar os destinos da Câmara Municipal de Ponta Delgada”.

A Presidente da Assembleia Municipal salienta ainda que tal comportamento condicionou-a no sentido de “tomar uma decisão difícil, para preservar o Município de Ponta Delgada, enquanto instituição, a sua dignidade, o bom funcionamento dos seus órgãos e a estabilidade deste mandando autárquico.”

Deste modo, a Presidente da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, realçou ainda a impossibilidade de “sanar o mau estar que se instalou entre mim e o Sr. Presidente da Câmara, como o próprio fez questão de evidenciar na referida reunião e em presença de vários deputados municipais e presidentes de Junta de Freguesia”.

Maria José Duarte declarou que “acabei de renunciar com efeitos imediatos, nos termos dos artigos 10º, nº1 e 27º, nº1 do regimento da Assembleia Municipal, ao cargo de Presidente da Assembleia municipal e ao meu mandato na Assembleia Municipal.”

Maria Duarte Lemos mencionou que esta decisão ocorre antes da realização da reunião Assembleia Municipal, que ocorrerá hoje, para “que a mesma decorra com a maior elevação possível, sem distrações e sem comprometer os assuntos que ver-



dadeiramente interessam à cidade de Ponta Delgada aos cidadãos que a habitam.”

“Abdico deste cargo para que fui eleita com um sentimento amargo de missão inacabada, mas com a serenidade de quem toma decisões ditadas

apenas e tão só, pelos seus princípios e valores inabaláveis” tendo finalizado que a mesma não detém ambições políticas, mas que continuará “a ser uma cidadã de corpo inteiro, empenhada na causa pública e em todas as causas pelas quais vale a pena lutar”.

## Governo está nas Flores e autarcas querem saber andamento das obras do porto comercial

O Conselho de Ilha das Flores vai confrontar o Governo Regional com a necessidade de informações sobre a obra do porto comercial, indica o memorando preparado para a visita oficial do executivo.

Os elementos do Conselho de Ilha das Flores, organismo em que têm assento as forças vivas da ilha, bem como autarcas e deputados, entre outros, pretendem que se clarifique “a situação atual do projeto, sua calendarização, os custos, bem como prazos para aquele investimento”.

No memorando que prepararam para a reunião que vão manter com o Governo dos Açores, que ontem iniciou uma visita oficial à ilha, os conselheiros pretendem conhecer quais as infraestruturas que vão ficar associadas ao porto comercial das Flores, tais como a gare de passageiros, infraestruturas de apoio aos pescadores e de apoio ao Clube Naval, que “são de vital importância para o seu normal funcionamento”.

O Conselho de Ilha defende a criação, na zona adjacente, de uma piscina de água salgada, tendo em conta a

“importância da zona envolvente como espaço de veraneio para os residentes e turistas que procuram aquela zona para banhos”.

O Porto das Poças de Santa Cruz, obra considerado “estruturante para a ilha”, constituiu outras das preocupações dos conselheiros, que destacam a “importância de valorizar neste empreendimento a área das pescas, do turismo e do transporte de passageiros”.

### Várias questões sobre o porto

“Pretendemos saber se o projeto está concluído, quando vai ser lançado a concurso e iniciadas as obras. Pretende-se ainda saber quais as valências que ali vão ser construídas, nomeadamente se está prevista a construção de edifício para a lota, a gare de passageiros, uma bomba de combustíveis e espaço para reparação de embarcações de pesca”, referem.

No capítulo do acesso à Saúde, o Conselho de Ilha quer “melhorar ainda mais o acesso às consultas da especialidade fora da ilha, reforçando os es-

forços com os três hospitais da região de forma a continuar a proporcionar a todos os florentinos uma discriminação positiva que traga conforto e segurança a quem recorra a consultas no exterior, quando estas não sejam possíveis na ilha”.

### Quadro médico da ilha

“Deve-se procurar estabilizar o quadro médico do Centro de Saúde, assim como dotar o mesmo quadro do número de enfermeiros, terapeuta da fala, e terapeuta ocupacional, fisioterapeutas, técnicos de análises clínicas e psicólogos, para além do pessoal administrativo e auxiliar indispensável ao seu normal funcionamento”, defende o Conselho de Ilha.

Os conselheiros querem entretanto que seja reposto o acesso às consultas no privado, “nas ilhas que tenham essa oferta, quando o público não consiga dar a resposta adequada”.

Os florentinos pretendem, também, que o serviço de evacuações médicas “seja agilizado por forma a ser mais célere, o que nem sempre acontece”,

sugerindo-se que o Governo Regional “deve analisar e imputar responsabilidades quando os atrasos acontecem”.

As acessibilidades às Flores constituem outras das preocupações dos conselheiros, tendo-se verificado “uma vez mais na época alta que houve dificuldade na mobilidade dos residentes quer por motivos profissionais, de saúde ou simplesmente para lazer”.

Deve-se “aprofundar a discriminação positiva para com os passageiros das Flores”, de acordo com os conselheiros.

O Conselho de Ilha reitera a sua preocupação com a certificação da iluminação da pista das Flores e pretende saber para quando está prevista a ampliação da aerogare do aeroporto das Flores.

Os conselheiros, no capítulo da Educação, quem saber quando vão ser realizadas as obras na EB 1,2,3/JI Padre Maurício Freitas, onde funciona o ensino pré-escolar e o 1º ciclo, que “continua a necessitar de obras, tendo em vista a criação de melhores condições de trabalho para toda a comunidade educativa”.